

SUMÁRIO

PREFÁCIO

<i>Rosalina Corrêa de Araújo</i>	11
--	-----------

INTRODUÇÃO

I.I Problema e hipótese de pesquisa.....	26
I.II Objetivos.....	33
I.II.a. Objetivo geral	33
I.II.b. Objetivos específicos.....	33
I.III Metodologia	33

Capítulo 1

REFERENCIAIS TEÓRICO E JURISPRUDENCIAL..... 37

1.1 Estudo de caso	38
1.2 Teoria da Agência.....	46
1.3 <i>Accountability</i> em políticas públicas	53
1.4 Metodologia “Ancine+Simples”.....	64
1.5 Jurisprudência do Tribunal de Contas da União acerca da “Ancine+Simples”	65
1.5.1 Processo TC n.º 014.483/2016-5 (Levantamento de Riscos da Ancine).....	67
1.5.2 Processo TC n.º 017.413/2017-6 (Auditoria de Conformidade)	64
1.5.3 Processo TC n.º 011.908/2018-1 (Representação)	90
1.5.4 Processo TC n.º 040.341/2019-4 (Monitoramento).....	99

Capítulo 2

SUBSISTEMA POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA POLÍTICA NACIONAL DO AUDIOVISUAL NO BRASIL..... 103

2.1 Conselho Superior do Cinema (CSC).....	106
2.2 Agência Nacional do Cinema (Ancine).....	118
2.3 Secretaria Nacional do Audiovisual (SAV).....	129
2.4 Comitê Gestor do Fundo Setorial (CGFSA).....	134

2.5 O subsistema político-administrativo da Política Nacional do Audiovisual – o “Tripé Institucional” e alguns “insights” acerca de seu papel de catalisador de policy cycle para o setor audiovisual	142
--	-----

Capítulo 3

CONTROLE EXTERNO EXERCIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO AUDIOVISUAL: O CASO DA METODOLOGIA “ANCINE+SIMPLES”

159

3.1 Competência e prerrogativas para o exercício de controle externo pelo TCU: “porquês” subjacentes à instauração dos processos de auditoria do caso “Ancine+Simples”	160
3.2 Metodologia “Ancine+Simples”	177
3.3 Determinações e recomendações enunciadas nos processos de auditoria relativos ao caso “Ancine+Simples”	193

Capítulo 4

UMA POLÍTICA PÚBLICA EM REVISÃO? OS IMPACTOS OBSERVÁVEIS GERADOS AO LONGO DO FLUXO DECISÓRIO DO TCU SOBRE A “ANCINE+SIMPLES”

225

4.1 Relação entre variáveis (causação, correlação e associações possíveis) e categorização dos impactos.....	228
4.1.1 Impacto I - “Conhecimento do ente auditado pelo órgão de controle: identificação de riscos e desconformidades e proposta de fiscalização futura.”	229
4.1.2 Impacto II - “Questionamento do órgão de controle contrário a contratos da Ancine e a outras práticas contratuais comuns em projetos fomentados, impelindo-se o ente auditado a não mais aceitar tais práticas e determinando que as vedasse em seus regulamentos.”	232
4.1.3 Impacto III - “Mapeamento da capacidade operacional do ente auditado para implementar políticas de fomento ao setor, identificando-se cenários possíveis e adotando-se medidas de mitigação dos ‘gargalos’ encontrados.”	244
4.1.4 Impacto IV - “Redesenho de toda estrutura de fomento ao setor e revisão de normativos internos do principal ente executor das ações de fomento da Política Nacional do Audiovisual, a Ancine.”	266

4.1.5 Impacto V - “Análise integral das prestações de contas e de todos os documentos probatórios de despesas custeadas com recursos públicos, ‘pente fino’ no passado e reações adversas.”	281
---	-----

Capítulo 5

UMA POLÍTICA PÚBLICA MAIS “ACCOUNTABLE” A PARTIR DO CASO “ANCINE+SIMPLES”?: MUTAÇÕES NO INTERIOR DA POLÍTICA NACIONAL DO AUDIOVISUAL DECORRENTES DO CONTROLE EXTERNO EM FACE DESSA METODOLOGIA	287
---	------------

5.1 Modelos explicativos das mutações recentes na accountability da Política Nacional do Audiovisual a partir do caso “Ancine+Simple”: cenário base para mudanças futuras	291
---	-----

5.2 Futuro da interação entre TCU e Tripé Institucional do Audiovisual no tocante à gestão dos recursos públicos da Política Nacional do Audiovisual: “insights” finais.....	302
--	-----

CONCLUSÃO.....	323
-----------------------	------------

REFERÊNCIAS	341
--------------------------	------------